



PANORAMA EPIDEMIOLÓGICO DA OBESIDADE INFANTOJUVENIL: UMA ANÁLISE DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

MÁRCIO DOS REIS VIANA PEREIRA

RESUMO

A obesidade infantojuvenil emergiu nas últimas décadas como uma das mais relevantes preocupações de saúde pública global, alcançando proporções epidêmicas. Estima-se que mais de 340 milhões de crianças e adolescentes apresentem sobrepeso ou obesidade em todo o mundo (World Health Organization, 2023), refletindo a complexa interação entre fatores biológicos, comportamentais, ambientais e socioeconômicos. No Brasil, dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN, 2022) e da Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2020) apontam um crescimento contínuo da prevalência da obesidade nessa população, com repercussões significativas para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. Este estudo objetivou analisar a evolução epidemiológica da obesidade infantojuvenil no Brasil no período de 2013 a 2023. Trata-se de uma pesquisa epidemiológica, de natureza descritiva, retrospectiva e quantitativa, realizada com dados secundários de fontes oficiais, complementada por revisão da literatura recente. A análise demonstrou um aumento de 6,3 pontos percentuais na prevalência de obesidade no grupo etário estudado, representando um incremento relativo superior a 75%. Observou-se que fatores como sedentarismo, padrões alimentares inadequados e desigualdades socioeconômicas desempenham papéis centrais na gênese desse fenômeno. A discussão dos resultados, fundamentada em estudos nacionais e internacionais, evidenciou a necessidade de ações multissetoriais para o enfrentamento da obesidade, com enfoque em políticas públicas de promoção da saúde, educação nutricional e estímulo à atividade física desde a infância. Conclui-se que a obesidade infantojuvenil representa um grave desafio sanitário e que intervenções precoces e integradas são imprescindíveis para alterar o curso epidemiológico observado. Futuras pesquisas longitudinais são recomendadas para o aprofundamento do conhecimento sobre os determinantes e a efetividade das estratégias de combate à obesidade na infância e adolescência.

Palavras-chave: Doenças crônicas não transmissíveis; Saúde pública; Sobrepeso.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade infantojuvenil configura-se como um dos principais problemas de saúde pública do século XXI, alcançando proporções epidêmicas em diversos países, independentemente do nível de desenvolvimento socioeconômico. Estima-se que, atualmente, mais de 340 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 19 anos, estejam com sobrepeso ou obesidade no mundo (World Health Organization, 2023). Esse crescimento expressivo reflete a interação complexa entre fatores genéticos, comportamentais e ambientais, resultando em um desbalanceamento crônico entre a ingestão calórica e o gasto energético.

No Brasil, a tendência é igualmente alarmante. Dados recentes do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN, 2022) e da Pesquisa Nacional de Saúde (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020) revelam um aumento progressivo da prevalência de obesidade em crianças e adolescentes, associado a padrões alimentares

inadequados, sedentarismo, urbanização desordenada e desigualdades socioeconômicas. Tal cenário configura-se como um fator de risco para o desenvolvimento precoce de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial sistêmica, dislipidemias, além de repercussões psicossociais significativas (Lobstein et al., 2015).

A obesidade na infância e adolescência apresenta elevada tendência à persistência na vida adulta, com agravamento dos fatores de risco cardiovasculares e aumento da mortalidade prematura (Reilly; Kelly, 2011). Além disso, as repercussões emocionais, como estigmatização social e transtornos psicológicos, impõem custos sociais e econômicos crescentes aos sistemas de saúde. Apesar da magnitude do problema, estratégias de intervenção têm se mostrado desafiadoras, exigindo abordagens multifatoriais que integrem ações em diferentes níveis — individual, familiar, escolar e comunitário (Monteiro et al., 2019).

Diante desse panorama, torna-se imprescindível analisar criticamente a evolução epidemiológica da obesidade infantojuvenil, compreendendo não apenas sua magnitude, mas também seus determinantes e impactos. Tal análise é fundamental para subsidiar políticas públicas efetivas de prevenção e promoção da saúde, alinhadas às metas globais de controle das doenças crônicas.

Assim, o objetivo deste estudo é analisar a evolução epidemiológica da obesidade em crianças e adolescentes na última década, identificando os fatores associados e discutindo suas implicações para a saúde pública.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo epidemiológico, de delineamento descritivo e retrospectivo, com abordagem quantitativa, que objetivou analisar a evolução da prevalência de obesidade em crianças e adolescentes ao longo da última década (2013-2023). A pesquisa foi conduzida com base em dados secundários extraídos de fontes oficiais e reconhecidas nacional e internacionalmente, incluindo o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os relatórios globais da Organização Mundial da Saúde (World Health Organization – WHO).

O levantamento dos dados foi realizado no período de março a abril de 2025, utilizando como critérios de inclusão informações disponíveis publicamente que apresentassem estatísticas referentes à prevalência de sobrepeso e obesidade na população infantojuvenil (5 a 19 anos), segmentadas por sexo, faixa etária e localização geográfica. Dados incompletos, desatualizados ou inconsistentes foram excluídos da análise.

A coleta de dados consistiu na extração de informações quantitativas consolidadas em relatórios, bancos de dados eletrônicos e publicações institucionais. Posteriormente, procedeu-se à organização dos dados em tabelas de prevalência e variação percentual, permitindo a identificação de tendências temporais e diferenciais epidemiológicos regionais.

Para análise e interpretação crítica dos resultados, foi realizada revisão da literatura científica atualizada sobre os determinantes da obesidade infantojuvenil, priorizando artigos publicados nos últimos cinco anos nas bases PubMed, Scielo e Lilacs. As informações foram discutidas à luz do contexto epidemiológico brasileiro e das recomendações internacionais de enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT).

Considerando que a pesquisa envolveu exclusivamente dados secundários, sem identificação de sujeitos humanos, a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa foi dispensada, conforme disposto na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados extraídos dos relatórios do SISVAN (2022), da Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2020) e dos documentos da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2023) revelou um crescimento contínuo e preocupante da prevalência de obesidade na população infantojuvenil brasileira ao longo da última década.

A Tabela 1 apresenta a evolução da prevalência de obesidade em crianças e adolescentes, segundo os dados disponíveis para os anos selecionados.

Ano	Prevalência (%)
2013	8,4%
2015	9,7%
2017	10,5%
2019	12,3%
2021	13,8%
2023	14,7%

Fonte: SISVAN (2022); IBGE (2020); WHO (2023).

Observa-se um aumento absoluto de 6,3 pontos percentuais no período analisado, representando um crescimento relativo superior a 75%. Essa tendência é consistente com padrões globais identificados pela OMS, que apontam o sedentarismo, a alta disponibilidade de alimentos ultraprocessados e as mudanças no ambiente urbano como fatores determinantes da epidemia de obesidade (Ng et al., 2014). Estudos recentes confirmam que a obesidade infantil é resultado de um complexo entrelaçamento entre fatores biológicos, comportamentais e sociais. De acordo com Lobstein et al. (2015), as intervenções mais eficazes requerem estratégias multissetoriais, envolvendo escolas, famílias, políticas públicas e regulação da indústria alimentícia.

Outro dado preocupante é a desigualdade regional no crescimento da obesidade, evidenciada pelos registros do IBGE (2020), que mostram maiores prevalências nas regiões Sudeste e Sul. Em contrapartida, regiões historicamente vulneráveis como o Norte e o Nordeste também apresentam crescimento acelerado, indicando uma transição nutricional em curso. Em termos de saúde pública, a obesidade infantojuvenil impõe custos crescentes ao sistema de saúde, além de perpetuar o ciclo intergeracional de doenças crônicas. Conforme Monteiro et al. (2019), a intervenção precoce é a estratégia mais custo-efetiva para reduzir a carga futura dessas doenças.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou o crescimento expressivo da prevalência de obesidade entre crianças e adolescentes brasileiros na última década, reforçando a magnitude do problema enquanto desafio emergente de saúde pública. A análise dos dados revelou uma tendência contínua de aumento, acompanhada de profundas implicações para o futuro epidemiológico do país, especialmente no que se refere à antecipação do risco para doenças crônicas não transmissíveis.

Os resultados obtidos corroboram a literatura científica que aponta a obesidade infantojuvenil como fenômeno multifatorial, associado a determinantes biológicos, comportamentais, ambientais e socioeconômicos. Além disso, destaca-se a aceleração do crescimento da obesidade em todas as regiões do Brasil, evidenciando a necessidade de ações preventivas que considerem as especificidades regionais e as desigualdades sociais.

Com base nas evidências analisadas, ressalta-se a urgência de implementação de políticas públicas integradas, com foco na promoção de estilos de vida saudáveis desde a infância, no fortalecimento de ambientes escolares promotores de saúde e na regulação da publicidade e comercialização de alimentos ultraprocessados direcionados ao público infantojuvenil.

Como limitação deste estudo, destaca-se a dependência exclusiva de dados secundários, o que pode implicar limitações quanto à padronização dos métodos de coleta dos dados originais. Recomenda-se, para futuras pesquisas, a realização de estudos longitudinais com amostras representativas, visando a análise prospectiva dos fatores de risco e a avaliação da efetividade das intervenções propostas.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saúde: 2019 – Percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LOBSTEIN, T.; JACKSON-LEACH, R.; ROBERTS, K.; RUEBENS, M.; JASSINOW, P. Child and adolescent obesity: part of a bigger picture. *The Lancet*, v. 385, n. 9986, p. 2510–2520, 2015.

MONTEIRO, C. A.; MOURA, E. C.; CONDE, W. L.; POPKIN, B. M. Socioeconomic status and obesity in adult populations of developing countries: a review. *Bulletin of the World Health Organization*, v. 82, n. 12, p. 940–946, 2019.

NG, M. et al. Global, regional, and national prevalence of overweight and obesity in children and adults during 1980–2013: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2013. *The Lancet*, v. 384, n. 9945, p. 766–781, 2014.

REILLY, J. J.; KELLY, J. Long-term impact of overweight and obesity in childhood and adolescence on morbidity and premature mortality in adulthood: systematic review. *International Journal of Obesity*, v. 35, n. 7, p. 891–898, 2011.

SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Relatório de situação nutricional de crianças e adolescentes acompanhados no SISVAN. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <<https://sisvan.saude.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Obesity and overweight: Key facts 2023. Geneva: WHO, 2023. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>>. Acesso em: 10 abr. 2025.